



UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA

ANDRÉA DE MORAES CARVALHO

ELISÂNGELA SOUZA DOS SANTOS PASSOS

**A CRIANÇA AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS ENFRENTADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso da Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana como requisito para a obtenção do título em licenciatura em Pedagogia.

Coorientadora: Prof.^a Ma. Nívia Bonfim Queiroz Rodrigues

ANDRÉA DE MORAES CARVALHO
ELISÂNGELA SOUZA DOS SANTOS PASSOS

**A CRIANÇA AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS ENFRENTADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso da Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana comorequisito para a obtenção do título em licenciatura em Pedagogia.

Coorientadora: Ma. Nivia Bomfim Queiroz Rodrigues

JEREMOABO
2021

ANDRÉA DE MORAES CARVALHO
ELISÂNGELA SOUZA DOS SANTOS PASSOS
A CRIANÇA AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL:
DESAFIOS ENFRENTADOS

Artigo apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, ministrada pela Professora Ma. Nivia Bomfim Queiroz Rodrigues como requisito para a obtenção da licenciatura em Pedagogia da Unidade de Ensino superior de Feira de Santana.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr.(a)_____

Professor Dr.(a)_____

RESUMO

O presente estudo objetiva discutir sobre a criança autista na educação infantil e os desafios enfrentados para promover sua inclusão. Justifica-se o tema pelo aumento de crianças com autismo no ambiente escolar. A realização desta pesquisa foi embasada nos seguintes autores: Brito (2015), Junior (2017), Gil (2002), Oliveira (2020) entre outros. Como procedimentos metodológicos foram realizados estudos bibliográficos de artigos, leis, obras, fontes documentais e eletrônicas. Desse modo observa-se que não se trata de organizar um novo currículo para a criança autista, mas agir de forma dinâmica e apropriada para inseri-la de forma correta na educação infantil. Nesse envolvimento, evidencia-se que o processo de inclusão escolar requer formação docente continuada e a participação de todos os envolvidos na valorização das diferenças e promoção do respeito no processo de inclusão do aluno autista no âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão. Autismo. Formação docente.

ABSTRACT

The purpose of this study is to discuss about autistic children in early childhood education and the challenges faced to promote their inclusion. The theme is justified by the increase of children with autism in the school environment. The following authors were the pillars for this research: Brito (2015), Junior (2017), Gil (2002), Oliveira (2020) among others. As methodological procedures, bibliographic studies of articles, laws, books, documentary and electronic sources were carried out. In this way, it is observed that it is not about organizing a new curriculum for autistic children, but acting in a dynamic and appropriate way to insert them correctly in early childhood education. In this context, it is evident that the school inclusion process requires continuous teacher training and the participation of all those involved in valuing differences and promoting respect in the inclusion process of autistic students in the educational area.

Key words: Early Childhood Education. Inclusion. Autism. Teacher training.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. A CRIANÇA AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS ENFRENTADOS.....	08
1.1 Conceitos, causas e características do autismo.....	08
1.2 Educação Inclusiva é um direito de todos	09
1.3 Autismo na Educação Infantil.....	11
1.4 O papel do professor de Educação Infantil na inclusão escolar do aluno autista.....	12
1.5 Desafios.....	13
2. METODOLOGIA	14
2.1 Dados da pesquisa.....	15
CONCLUSÃO.....	18
REFERÊNCIAS	21

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro assegura a oferta de ensino gratuito e que abranja todos os sujeitos. Essa questão está expressa no Título II, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, principalmente no inciso I do Art. 3º: “O igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.(BRASÍLIA,2018,p.09)”

Assim sendo, o presente artigo: *A criança autista e a educação infantil: desafios enfrentados* propôs discutir sobre a criança autista na educação infantil frente aos desafios enfrentados, objetivando trazer algumas reflexões a respeito de quais caminhos seguir no processo de ensino-aprendizagem tendo em vista a promoção de práticas inclusivas que atendam as especificidades da criança autista.

Assim sendo, o Transtorno do Espectro Autista-TEA é um transtorno do desenvolvimento neurológico que é caracterizado, sobretudo, pelo comprometimento, em alguns casos, da habilidade de comunicação, interação social, comportamento estereotipado e também interesses repetitivos. Segundo o DSM-5 (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que se caracteriza por problemas na interação social, comunicação e comportamentos repetitivos e restritos.

Para tanto, a inclusão escolar adotada pelas diretrizes do nosso país, tem o objetivo de propiciar aos estudantes com deficiência o acesso e a permanência nas instituições de ensino em condições de igualdade com os demais alunos, pois reconhece e valoriza a diversidade na escola como forma de potencializar a aprendizagem e formar cidadãos.

Para que a escola comece a atuar de modo efetivo e significativo é fundamental apropriar-se de todos os conhecimentos e pesquisas relativas ao autismo para que se possa organizar um planejamento que atenda às necessidades educacionais da criança autista na educação infantil. Assim sendo, é preciso considerar que não se trata de organizar um novo currículo, específico para a criança autista, mas agir de forma dinâmica e apropriada, isto é, que considere tanto as crianças que não apresentam o transtorno quanto às que o tem.

Nesse processo de inclusão de crianças com autismo, o professor é peça fundamental, pois é visto como mediador no processo de inclusão, o mesmo é quem deve proporcionar o primeiro contato da criança com a sala de aula, sendo ele o principal responsável por inseri-lo nas atividades com a turma.

Este trabalho foi organizado por meio de pesquisas bibliográficas, como a análise de livros e artigos científicos. É importante destacar que a grande vantagem desse tipo de pesquisa

é o pesquisador ter contato com muitos materiais já publicados onde favorece e facilita bastante no aprofundamento das discussões levantadas.

Nessa perspectiva, a pesquisa bibliográfica, segundo com Gil (2002), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p.44). O benefício desse exemplo de pesquisa é a de propiciar ao pesquisador a relação direta com materiais já publicados possibilitando um aprofundamento de qualidade no tema e na organização da pesquisa.

Assim, a importância do tema escolhido se dá pelo aumento no número de crianças diagnosticadas com autismo e que precisam do suporte oferecido pelas escolas de educação infantil. Além disso, a falta de formação específica para os professores nessa etapa de ensino têm sido constante.

De acordo com as leituras bibliográficas, os dados apontam que há grande necessidade na oferta de formação continuada, e de maneira mais específica, que sejam menos generalistas e enfatizem mais nas demandas dos professores, especialmente relacionados aos aspectos comportamentais (em como lidar?) e pedagógicos (como ensinar e avaliar?) objetivando oportunizar situações adequadas ao desenvolvimento da aprendizagem dos educandos com TEA a partir de um contexto escolar inclusivo.

1. A CRIANÇA AUTISTA E A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS ENFRENTADOS

1.1 Conceito, causas e características do Autismo

O autismo é um transtorno do desenvolvimento e não deve ser caracterizado ou entendido como deficiência intelectual, embora muitos quadros de autismo apresentem funcionamento intelectual abaixo da média. De acordo com Oliveira (2020):

“Etimologicamente, o autismo vem da palavra de origem grega "autos" onde seu significado é "próprio ou de si mesmo", é caracterizado como um distúrbio neurológico que aparece ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (aprendizagem e interação social) da criança.”.

Segundo Henriques (2007), os fatores que indicam a presença do autismo infantil são: as dificuldades de relacionamento social, dificuldade na comunicação, atividades e interesses restritos e repetitivos e início precoce. Sendo, portanto, que o autismo necessita de maiores explicações científicas.

De acordo com Brito (2015), “o autismo é uma síndrome complexa que afeta essencialmente três importantes áreas do desenvolvimento humano: a comunicação, a socialização e o comportamento (Brito, 2015, p.82)”.

Para que a escola comece a atuar de modo efetivo e significativo é fundamental apropriar-se de todos os conhecimentos e pesquisas relativas ao autismo para que se possa organizar um planejamento que atenda às necessidades educacionais da criança autista na educação infantil. Assim sendo, é preciso considerar que não se trata de organizar um novo currículo, específico para a criança autista, mas agir de forma dinâmica e apropriada, isto é, que considere tanto as crianças que não apresentam o transtorno quanto às que o tem.

É visto que o autismo afeta a comunicação, a competência de aprendizado e adequação da criança. Mesmo as crianças apresentando bom desenvolvimento físico, possuem muita dificuldade nas relações sociais e afetivas, demonstrando sempre a preferência pelo mundo isolado.

De acordo com Assumpção Jr. (2009), “é caracterizado por um déficit social, apreensível pela inabilidade em se relacionar com o outro, geralmente combinado com déficits de linguagem e distúrbios motores” (ASSUMPÇÃO JR, 2009, p. 446).

O autismo pode ser definido por um vínculo em várias áreas do desenvolvimento como: nas habilidades de atuação social mútua, aptidão de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento, desejos e atividades. Sendo que, os prejuízos qualitativos que definem estas condições representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento ou idade mental do indivíduo.

1.2 Educação inclusiva é um direito de todos

Conforme definições apresentadas em dicionários da língua portuguesa, incluir significa abranger, compreender, conter, envolver, implicar, pôr ou estar dentro, inserir num ou fazer parte de um grupo. De acordo com Sasaki(1998):

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

Educação inclusiva está relacionada a esse contexto, porque se sustenta na ideia de que toda criança/pessoa deve, num grupo escolar, ser considerada e atendida em sua necessidade, em suas especificidades, estando envolvida nas atividades escolares, sendo-lhe assegurados todos os seus direitos de aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- 9.394/96 (BRASIL, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A educação tem seus princípios, preceituados na Constituição Federal de 1988, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Nessa perspectiva, a educação inclusiva se constitui num direito de todos. A partir de 2008, essa realidade passa a ser alterada devido à nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que ficou conhecida como inclusão total.

De acordo com essa política, a Política de Educação Especial trata-se de uma modalidade de ensino que transcorre “todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os estudantes e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008, p. 10).

De acordo com Carvalho (2005), “O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos” (CARVALHO, 2005, p.72). Para a inclusão se tornar efetiva, busca-se não só um espaço, mas recursos, atendimento especial, faz-se necessário que o sistema educacional se transforme, use de mecanismos que garantam o direito de todos à educação de qualidade que esteja preparada para a diversidade.

E “principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola” (CARVALHO, 2005, p.72). Além disso, a capacitação é imprescindível para os professores, a fim de que a qualidade do ensino seja assegurada e, para que a criança autista possa, de fato, ser incluída e usufruir do sistema educacional de forma efetiva, e não apenas frequente, sem participação ativa.

Infelizmente, a maior parte das escolas não se encontram preparadas completamente para receber e atender esses alunos, sendo a solução, muitas vezes, colocar tutores para acompanhá-los, mas que, em muitos casos, não possuem o estudo e a qualificação necessária

para auxiliá-los. Assim, vê-se que a escola ainda se encontra frágil no que concerne a oferecer as garantias necessárias ao desenvolvimento integral da criança autista.

1.3 Autismo na Educação Infantil

O mundo vem passando por um período de reformulação no que se refere ao ensino e aprendizagem na escola. Dessa maneira, vem abrindo caminhos para a inclusão educacional e social, em especial para crianças com autismo. O autismo vem sendo cada vez mais discutido na educação infantil. Crianças com autismo apresentam dificuldades na interação social, no seu comportamento, na comunicação com o outro e consigo mesmo acaba, assim dificultando o seu desenvolvimento.

O autismo costuma se revelar antes dos três anos de idade, quando começa a aparecer um dos primeiros sinais que é sua habilidade social. Então, fica claro que é na educação infantil que se são identificados encaminhados para possíveis diagnósticos.

Vale destacar que o autista é praticamente incapaz de desenvolver uma relação com outras pessoas, ou seja, ele não consegue interagir com o meio social e com isso compromete a comunicação (BRITO, 2015). Nos aspectos psicossociais, fica claro que os autistas têm como característica: o isolamento, e isso acaba dificultando a relação com as pessoas em seus espaços de vivências. O autismo aparece em três níveis: nível 1 (leve), nível 2 (médio) e nível 3 (grave). No nível 1, as crianças têm dificuldades para iniciar a relação social com outras pessoas e geralmente, ou quase sempre, não conseguem interagir com os demais. Em geral, têm dificuldades com planejamento, organização e na troca de atividades com o grupo.

No nível 2 (Médio) as crianças que se encontram nessa condição apresentam-se com dificuldades mais acentuadas em se tratando das relações sociais e da comunicação verbal e não verbal. Isso acontece mesmo com a presença de alguém que lhes dê apoio.

No nível 3 (Grave) aqui os estados são bem mais graves quando se fala em comunicação verbal e não verbal, ficam notórias as dificuldades de interação com o outro. Também apresentam grandes dificuldades com comportamentos repetitivos e com a mudança.

Segundo Gauderer (1985):

[...] Às vezes, riem de coisas que lhe dão prazer, como uma luz piscando ou a sensação macia de algo que estejam segurando. Outras vezes, sem razão aparente, choram lágrimas de profunda tristeza – como se o mundo fosse demais para eles – e parecem perdidos, desorientados e assustados. (GAUDERER, 1985, p. 120).

Escolas privadas e da rede pública vêm se organizando para desenvolver maneiras que possibilitem condições, para que essas crianças possam ter garantidos seus direitos de aprendizagem. E com isso as instituições de ensino devem promover uma educação de qualidade e voltada para alunos com autismo para que eles se desenvolvam plenamente.

1.4 O papel do professor de Educação Infantil na inclusão do aluno autista

A educação infantil é a introdução da educação básica. Ela se divide em três faixas etárias: bebês de zero a um ano e meio, crianças bem pequenas de um ano e sete meses a três anos e onze meses e, por fim, crianças pequenas de quatro a cinco anos e onze meses. Nesse enquadramento, encontramos crianças com várias deficiências tanto intelectuais quanto emocionais, e o autismo é uma delas. Crianças com autismo precisam de um olhar diferenciado e de bastante atenção.

Nesse processo de inclusão de crianças com autismo, o professor é peça fundamental, pois é visto como mediador no processo de inclusão, o mesmo é quem deve proporcionar o primeiro contato da criança com a sala de aula, sendo ele o principal responsável por inseri-lo nas atividades com a turma.

Conforme a Constituição Brasileira, em seu artigo 205 (1988), “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Nesse sentido, é de extrema importância que todos se mobilizem para garantir tal direito e que o professor, em especial, esteja preparado para enfrentar esse desafio que é a inclusão de alunos com autismo, pois a Constituição Federal de 1988 garante que a educação é um direito de todos.

Desse modo, certifica-se que a lei é clara e deve ser cumprida. Para tanto, faz-se necessário que os docentes aprofundem-se acerca do transtorno e que, juntamente com todos os membros da escola, propiciem a inclusão destas crianças. Porém, sabe-se que a dificuldade que os mesmos encontram é enorme, pois a maioria dos profissionais não tem formação adequada para lidar com esses alunos, muitas vezes não recebendo o apoio da gestão escolar.

Precisam caminhar por conta própria, enfrentando as fragilidades do sistema educacional que, na teoria, traz um discurso perfeito, no entanto, na prática, apresenta-se tão

ineficiente e distante do desejável. Mediante essa afirmação, é urgente que os autistas como qualquer outro indivíduo com deficiência estejam inseridos no ensino regular, para que possam desenvolver suas habilidades, tanto na parte cognitiva, quanto emocional, por isso é necessário que o docente esteja ativo com metodologias inovadoras, buscando sempre se especializar, para que seus alunos possam interagir inter-relacionar-se e comunicar-se de forma que desenvolvam suas habilidades e potencialidades.

É importante que o professor promova uma série de atividades coletivas, pois são muito importantes para que o aluno autista se insira no grupo. Desse modo, é essencial que as atividades trabalhadas incluam jogos, dinâmicas e brincadeiras em grupo para que seja possível a interação, uma vez que se percebe que um dos maiores desafios na inserção desses alunos é a questão da socialização.

Devemos entender que para acontecer de fato à inclusão dessas crianças deve-se considerar uma esquematização para que professores e funcionários sejam capacitados e compreendam a particularidade de cada uma dessas crianças, usando métodos que chamem a atenção das mesmas.

De acordo com Lopez (2011),” professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas” (LOPEZ, 2011, p. 16).

Assim sendo, a escola deve estar aberta e preparada para estar a serviço de uma educação que favoreça e valorize a diversidade. Nesse contexto, os professores exercem um papel muito importante, o seu fazer é valioso e tem poder transformador.

Porém, para que se efetive a inclusão, é fundamental que todos os profissionais da escola, juntamente com as famílias, estejam dispostos a, juntos, construir um caminho que coloque todas as crianças em evidência e possa garantir que todas, sem exceção, sejam atendidas adequadamente e possam ter garantidos os seus direitos de aprendizagem.

1.5 Desafios

Ao se pensar sobre os desafios apresentados no processo de inclusão da criança com autismo, a primeira é a melhoria de propostas na formação docente. Os docentes estão, muitas vezes, despreparados e desmotivados para encarar o desafio de atender às necessidades de aprendizagem de seus alunos, quando, por falta de entendimento e condições, não planejam ações que atendam às suas expectativas e necessidades, às vezes, imaginando erroneamente que não vão surtir efeito, vendo equivocadamente, a criança autista com tendo deficiência

intelectual.

Segundo Mantoan (1988):

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na centralização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades (MANTOAN,1988,p.40)

Para que o ambiente escolar seja inclusivo, é necessária a qualidade da formação inicial e continuada dos educadores, e que possuam implementação de espaços dialógicos na escola, para que se esclareçam as dúvidas, medos, receios e todos possam aprender juntos.

A inclusão é muito abrangente. Gera muitas incertezas e podem surgir muitas dificuldades, as quais deverão ser enfrentadas no dia a dia do ambiente escolar – por todos os envolvidos. É preciso caminhar para novas conquistas e efetivação das políticas públicas educacionais que assegurem e ofereçam possibilidades às crianças, em suas especificidades já na educação infantil a fim que se possa garantir que elas continuem se desenvolvendo nas próximas etapas educacionais.

METODOLOGIA

Este trabalho foi organizado por meio de pesquisas bibliográficas, foi desenvolvido com base em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Sendo que a grande vantagem é o pesquisador ter contato com muitos materiais já publicados onde favorece e facilita bastante no aprofundamento das discussões levantadas a partir desta pesquisa.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2002, p.44). O benefício desse exemplo de pesquisa é a de propiciar ao pesquisador a relação direta com materiais já publicados possibilitando um aprofundamento de qualidade no tema e na organização da pesquisa.

Assim sendo, a pesquisa bibliográfica é realizada com em análises de referenciais teóricos já considerados, e publicadas através de publicações escritas, também eletrônicas, como por exemplo, através de livros, artigos científicos, sites e etc.

De acordo com Fonseca (2002): A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites (FONSECA, 2002, p. 32).

É notória a importância da pesquisa bibliográfica, sendo vários os meios que facilitam e enriquecem a pesquisa. Usamos como base na revisão de literatura de trabalhos já narrados, sendo que houve mais acesso e experiências de autores que já pesquisaram o tema.

Além disso, é importante frisar que todo trabalho científico é iniciado a partir da pesquisa bibliográfica por proporcionar ao pesquisador apreciação do que já se examinou em relação ao objeto de estudo. Há, contudo pesquisas científicas que se fundamentam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Segundo os autores mencionados anteriormente a pesquisa bibliográfica supera a simples descrição do que foi publicado, pois esse exemplo de pesquisa admite que pesquisador avalie de maneira detalhada os trabalhos já divulgados, admitindo dessa maneira uma noção científica abrangente com novas conclusões chegando-se a interpretações oportunas ao tema e ao objeto de estudo analisado.

Demo (2000) finaliza articulando que a ideia da pesquisa é de induzir o contato pessoal do aluno com as teorias, por meio da leitura, levando à interpretação própria, segundo Silva et al., (2002), a revisão narrativa não é imparcial porque permite o relato de outros trabalhos, a partir da compreensão do pesquisador sobre como os outros fizeram.

1.2 Dados da pesquisa

O presente artigo trouxe a baila discussões em relação à criança autista e a educação infantil frente aos desafios enfrentados objetivando trazer algumas reflexões a respeito de quais caminhos seguir no processo de ensinoaprendizagem tendo em vista a promoção de práticas inclusivas.

Para Vitta e Monteiro (2010) “a educação infantil é importante para o desenvolvimento de qualquer criança, especialmente para aquelas com necessidades educativas especiais, o que inclui o autismo.” É nítido que a educação infantil é muito importante para potencializar as habilidades das crianças por ser uma fase que compreende o período de maior plasticidade

cerebral, dessa forma, saber utilizar as metodologias adequadas é uma oportunidade gigantesca de possibilitar a inclusão de crianças autistas e amenizar ou sanar com os atrasos.

A legislação brasileira vigente, principalmente no que se refere a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 2021) e a Política da Pessoa com Deficiência, por exemplo, estabelece que toda criança tem direito à educação com adaptações necessárias segundo suas necessidades. A matrícula e a permanência na rede regular de ensino é um direito inquestionável. Contudo, historicamente o processo de inclusão tem sido complexo, pois necessita-se que a escola se adeque em estrutura física, adaptações curriculares e metodológicas, além de ofertar capacitação continuada e frequente aos docentes, a toda comunidade escolar, enfatizando a inserção de profissionais de apoio na educação especial com atualizações constantes.

Com base nos referenciais analisados constata-se que há um grande desafio na educação brasileira: a falta de entendimento do transtorno do espectro autista e de metodologias adaptadas para o ensino deste discente tem dificultado a aprendizagem.

Vale destacar que tais dificuldades são enfrentadas no seu processo de escolarização tanto pelo profissional da educação quanto para o aluno com autismo, pois a falta de formação em relação aos métodos especializados que o educador deveria saber para atuar em seu exercício, a maioria desconhece ou não tem segurança para aplicar.

Por outro lado, constata-se que a família é componente essencial nessa ação, pois contribui para que o ensino aprendizagem aconteça de forma significativa contribuindo para que a participação na vida escolar da criança se concretize de forma positiva.

É importante destacar que, para a escola começar a atuar de modo efetivo e significativo é fundamental apropriar-se de todos os conhecimentos e pesquisas relativas ao autismo para que se possa organizar um planejamento que atenda às necessidades educacionais da criança autista na educação infantil.

É preciso considerar que não se trata de organizar um novo currículo, específico para a criança autista, mas agir de forma dinâmica e apropriada, isto é, que considere tanto as crianças que não apresentam o transtorno quanto às que o tem. De acordo com Camargos Jr (2007):

Poucas escolas compreendem que o plano de inclusão deve ter como principal objetivo desenvolver as capacidades ainda não adquiridas pela criança e proporcionar recursos para diminuir o seu repertório de comportamentos inadequados. As escolas, em geral, ainda se mantêm muito rígidas ao conteúdo pedagógico, oferecendo pouca flexibilização de rotinas escolares. (CAMARGOS JR, 2007, p. 103).

Nessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, assinala que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. A lei é clara e deve ser cumprida.

Para tanto, faz-se necessário que os docentes aprofundem-se acerca do transtorno e que, juntamente com todos os membros da escola, propiciem a inclusão destas crianças para elaboração de um planejamento significativo. Segundo Camargos JR (2017): nos casos em que não há um planejamento para inclusão, o ambiente escolar pode acarretar sérios desajustes funcionais a este aluno tais como: comportamentos auto e heteroagressivos, agitação motora, colapso mental, entre outros, (CAMARGOS Jr, 2007, p. 103).

As dificuldades que os professores encontram são enormes, pois a maioria dos profissionais não tem formação adequada para lidar com esses alunos, muitas vezes não recebendo o apoio da gestão escolar. Boa parte desses profissionais não possui formação técnica para aplicação de testes de rastreio do autismo (adequadas para professores) ou até mesmo para identificar habilidades em atrasos, ou, por exemplo, não sabem montar o PDI- Plano de Desenvolvimento Individualizado do Aluno.

A educação tem seus princípios, preceituados na Constituição Federal de 1988, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Nessa perspectiva, a educação inclusiva se constitui num direito de todos. A partir de 2008, essa realidade passa a ser alterada devido à nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, que ficou conhecida como inclusão total. De acordo com essa política:

Para a inclusão se tornar efetiva, busca-se não só um espaço, mas recursos, atendimento especial, faz-se necessário que o sistema educacional se transforme, use de mecanismos que garantam o direito de todos à educação de qualidade que esteja preparada para a diversidade.

Ainda corroborando com Poker (2003) apud Camargos Jr (2017):

O principal meio para que se atinja este objetivo é a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual-PDI, instrumento fundamental na Lei de Diretrizes e Bases da Educação- Lei 9394/96, que possibilita a adaptação do currículo escolar, métodos, técnicas e recursos às necessidades específicas desse aluno. (POKER apud CAMARGOS JR, 2017, p103-104).

É preciso enfrentar as fragilidades do sistema educacional que, na teoria, traz um discurso perfeito sobre respeito à diversidade, e, no entanto, na prática, apresenta-se tão ineficiente e distante do desejável, onde o mínimo sobre a construção de um plano individualizado não é realizado.

É urgente que os autistas como qualquer outro indivíduo com necessidades especiais estejam inseridos no ensino regular, para que possam desenvolver suas habilidades, tanto na parte cognitiva, quanto emocional, por isso é necessário que o docente esteja ativo com metodologias inovadoras, buscando sempre se especializar, para que seus alunos possam interagir, inter-relacionar-se e comunicar-se de forma que desenvolvam suas habilidades e potencialidades.

Goldberg (2002) apud Camargos Jr (2017):

O professor que recebe um aluno inclusivo em sua sala de aula certamente vê-se diante de um desafio. Em relação às crianças com TEA, as principais dificuldades encontradas pelo professor são: os prejuízos de comunicação-interação, agressividade, estereotípias e rituais do aluno; a insegurança e as dúvidas no relacionamento com os familiares e a falta de equipe de apoio e recursos técnicos (GOLDEBERG, 2002, apud, CAMARGOS JR, 2007, p105).

É importante que o professor promova uma série de atividades coletivas, pois são muito importantes para que o aluno autista se insira no grupo. Desse modo, é essencial que as atividades trabalhadas incluam jogos, dinâmicas e brincadeiras em grupo para que seja possível a interação, uma vez que se percebe que um dos maiores desafios na inserção desses alunos é a questão da socialização.

Contudo, Camargo Jr. (2017): A ansiedade causada pela expectativa do professor quanto às possíveis reações comportamentais desajustadas da criança com TEA, apresentam-se como um fator limitador à aplicação de práticas pedagógicas voltadas para as necessidades do aluno. (CAMARGOS JR, 2017, p 105).

Devemos entender que para acontecer de fato a inclusão dessas crianças deve-se considerar uma esquematização para que professores e funcionários sejam capacitados e compreendam a particularidade de cada uma dessas crianças, usando métodos que chamem a atenção das mesmas.

Assim, é necessário que a gestão escolar e as secretarias de educação municipal, alinhados as orientações estaduais e a nível federal ofertarem formação com ênfase em direcionamentos técnicos, como por exemplo, que ensine a elaboração da adaptação curricular, plano individualizado, manejo de comportamentos inadequados, Comunicação Alternativa, dentre outras necessidades mais específicas.

CONCLUSÃO

A partir das considerações pontuadas neste artigo, é importante indagar as práticas pedagógicas que são utilizadas no sistema educacional brasileiro para incluir a criança autista no ambiente escolar. Os autores são unânimes em destacar que criança autista, na maioria das escolas, não está incluída seguindo as diretrizes da Inclusão Escolar, mas sim integradas.

Além disso, a Lei Berenice Piana, nº 12.764, sancionada em 27 de dezembro de 2012, assevera os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, concebendo um fato marcante na história da luta pelos direitos dos autistas permitindo o acesso aos direitos previstos na legislação, como por exemplo, garantia à educação em escolas regulares, ingresso no mercado de trabalho, benefícios financeiros e sócio-assistenciais, e de ingresso no mercado de trabalho.

Nesse sentido, as autoridades precisam garantir na prática políticas públicas que concretizem a inclusão educacional, e essa ação só será possível se a sociedade cobrar para que todos tenham direito ao ensino de qualidade. Além disso, é preciso pensar como a escola deverá iniciar o processo de inclusão da criança com deficiência.

Vale ressaltar que o processo de inclusão escolar requer a participação de todos os envolvidos valorizando as diferenças, promovendo o respeito, por meio de uma metodologia diferenciada envolvendo um processo bem articulado, desde aceitar a matrícula até o desenvolvimento da consciência da importância da inclusão, sendo este percurso do conhecimento de todos os envolvidos na comunidade escolar. Para que haja a inclusão eficiente e não o simples inserir, deve-se estar preparado para receber e trabalhar com os autistas, para que não haja desrespeito no ambiente em que vive.

De acordo com Brasil (2017): "A Inclusão Escolar tem Início na Educação Infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global". A educação infantil trata-se da primeira etapa do processo de ensino, e compreende um período da fase do desenvolvimento humano muito importante quando se observa uma enorme plasticidade cerebral.

Desse modo, o presente artigo teve como objetivo discutir sobre a criança autista na educação infantil frente aos desafios enfrentados trazendo a baila algumas reflexões a respeito de quais caminhos seguir no processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a promoção de práticas inclusivas, sendo indicado para pais de crianças dentro do espectro, professores da educação infantil, coordenadores e gestores.

Assim, a importância do tema escolhido se dá pelo aumento no número de crianças diagnosticadas com autismo e que precisam do suporte oferecido pelas escolas de educação infantil. Além disso, a falta de formação específica para os professores nessa etapa de ensino têm sido constante. Desta feita, as discussões apresentadas puderam atender aos objetivos

elencados, apontando para necessidade de formação técnica para os professores e intervenção precoce nas crianças com risco no desenvolvimento.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o poder público garanta o acesso das crianças e a capacitação de profissionais para recebê-las na educação infantil para que saibam identificar fatores de risco ao desenvolvimento, e também que compreendam como acolher crianças com deficiência, inclusive com autismo.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO JR. FB, Pimentel ACM. **Autismo infantil. Rev. Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, 2009.

BASÍLIO, Ana; MOREIRA, Jéssica. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão.** Disponível em: Acesso em 06 de setembro de 2021. Disponível em <https://www.dicio.com.br/incluir/> Acesso em 02 out 2021.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA Cleonice; e colaboradores. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre, Artmed, 2002. Revista Educação Pública. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 01 out.2021

BLEURER, E. **Demencia Precoz, el grupo de las esquizofrenias.** Trad. Daniel Wagner. Buenos Aires: Ediciones Hormé, p. 42.

BRASIL. **Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial. Brasília, setembro de 2007.

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRITO, Elaine Rodrigues. **A inclusão do autista a partir da educação infantil: Um estudo de caso em uma pré-escola em uma escola pública no município de Sinop - Mato Grosso,** Revista eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciência v. 6, n. 2(15. ed.), número regular, página 82-91, jun./ jul. 2015.

CAMARGOS JR, Walter. **Intervenção Precoce no autismo: guia multidisciplinar: de 0 a 4 anos.** Ed. Artesã. Belo Horizonte, 2017.

CARVALHO, R. E. **Inclusão e Escolarização de alunos autistas. In: Pedagogia em Ação,** vol.1, n.1, p.1-141. Jan-Jun, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogia/article/view/658>. Acesso em: 05/10/2021

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DORNELLES, Cláudia. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – IV – TR).** Porto Alegre: Artmed. 4. ed. rev., 2002. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/o-que-e-autismo-das-causas-aos-sinais-e-o-tratamento/> Acesso em 02 out. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GAUDERER, E. C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais**. São Paulo: Sarvier, 1985.

HENRIQUES. **Autismo**. Disponível em:
<http://www.neurociencias.org.br/Display.php?=-Textos&Texto=Autismo>.

KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. Revista, Nervous Children, 1943.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas**. 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 17/11/2021.